

UMA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (2005-2012)

Ana Cristina Ghisleni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

anag@portoweb.com.br

Resumo: O trabalho apresenta um histórico da inserção do Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre na lógica da avaliação em larga escala, a partir da análise de documentos tornados públicos pela Secretaria Municipal de Educação, que evidenciam crescente interesse nos resultados nas avaliações nacionais como uma forma de demonstrar a qualidade dos trabalhos pedagógicos e da gestão local. Nessa análise revelou-se também a posição da atual gestão da Secretaria, em distanciamento da política anterior. Ambos os fenômenos são problematizados no debate contemporâneo das políticas de avaliação em larga escala e da dimensão de qualidade da educação ora priorizada.

Palavras-chave: avaliação educacional, avaliação em larga escala, sistema municipal de educação de Porto Alegre.

No bojo do redimensionamento internacional e nacional das avaliações em larga escala, o Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre (SME) tem garantido, desde o final da primeira década de 2000, um olhar antes não existente às políticas de avaliação. No período compreendido entre 2005 a 2012, focalizado por estudo, observa-se que a ênfase tem recaído tanto na atenção aos resultados obtidos nos exames nacionais quanto em algumas proposições de criação de mecanismo de avaliação municipal. As evidências desta ênfase foram encontradas em documentos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED), destinados a tornar público o que vem sendo planejado e realizado por sua equipe gestora no campo das políticas educacionais e das práticas pedagógicas do âmbito escolar. A análise deste material

baseou-se em reflexões de Dias Sobrinho (1996) e Ball (2004), além de apoiar-se em consolidações e análises históricas feitas por Horta Neto (2005), Freitas (2007) e Bonamino e Sousa (2012).

O histórico da educação de Porto Alegre e o contexto atual

Desde o Plano de Governo (2012) da administração reeleita para o mandato 2013-2016 frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, está proposto o aperfeiçoamento do chamado Sistema de Gestão Escolar como complemento às ações educativas ali elencadas, por meio da criação de mecanismo de avaliação própria para os alunos da rede municipal de ensino. A Secretaria Municipal de Educação (SMED), por sua vez, no segundo eixo orientador do Plano de Metas Educacionais para o Ensino Fundamental para o ano de 2010 (Gestão Educacional de Resultados, Conhecimento, Inclusão e Integralização da Educação) propõe a “ampliação da discussão sobre a avaliação – concepção, objetivos, instrumentos e modalidades.” (www.portoalegre.rs.gov.br/smed. Acesso em 18/11/2012).

Neste cenário, importa considerar o histórico desta rede em termos de construção de uma política educacional emancipatória. A partir da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de Porto Alegre, em 1989, inaugurou-se um forte investimento na criação e sustentação de políticas e práticas pedagógicas sustentadas nos preceitos de democracia e participação. As então apenas 17 escolas municipais foram envolvidas em uma gestão que, desde a Secretaria Municipal de Educação, reiterava compromisso com o compartilhamento de decisões e com a amplitude da gestão a toda a comunidade escolar. Mecanismos como eleição direta para diretores, criação de conselhos escolares e amplos fóruns como as constituintes escolares foram os corolários desta política. No âmbito mais estritamente pedagógico das escolas, a implantação dos ciclos de formação e todo o seu entorno voltado à expansão das possibilidades de progressão do aluno também consolidou a política democrática e emancipatória. Tudo isso marcou, em níveis nacional e internacional, uma contraposição muito sólida a projetos neoliberais de educação que se aproximavam com força avassaladora. O modelo que ficou conhecido como Escola Cidadã, como bem enunciou Gandin (2002), constituiu-se como uma proposta educativa real, que se configurou como uma nova estratégia aos modelos vigentes.

Após 16 anos de vigência dessa proposta pedagógica e administrativa, sucederam-se

outras duas gestões na Secretaria Municipal de Educação. A primeira delas, de 2006 a 2009, representava uma coligação de partidos capitaneada pelo PPS (que pretendia sustentar-se como algo inovador na política, amparando-se na ideia de governança ampliada) e pelo PMDB (partido histórico no Brasil, que resgata constantemente o seu papel na luta pela redemocratização, mas que possui grupos internos com características tradicionais e conservadoras). A seguinte gestão municipal, de 2009 a 2012, que se anunciava de continuidade, teve suas diretrizes revistas na metade do mandato, devido ao afastamento do prefeito para concorrer ao Executivo Estadual. Assumindo o então vice-prefeito, o jogo político-partidário transfere o poder do PMDB para o PDT, partido historicamente vinculado a causas da educação, em especial a democratização do acesso e a escola de tempo integral, desde o projeto brizolista na própria Prefeitura de Porto Alegre. Essa transferência não mudou a pessoa titular da Secretaria Municipal de Educação, mas garantiu o reforço de uma proposta partidária já existente, com manifestações abertas da Secretária em nome do partido.

O estudo aqui realizado inicia justamente a partir de 2005, visando perceber a tônica política de um novo período de gestão enquanto no cenário nacional estabeleciam-se políticas e sistemas de avaliação em larga escala da Educação Básica. Optou-se por uma análise de materiais de divulgação e apresentações da SMED, em atividades de formação oferecidas aos docentes e na propaganda geral da sua proposta político-pedagógica. Nestes escritos, buscaram-se os elementos capazes de caracterizar a posição de cada uma das gestões quanto aos pontos centrais do direcionamento pedagógico da Secretaria. Na sequência, buscou-se verificar o caráter das formações oferecidas aos professores, dos eventos de início de cada ano letivo e as mostras públicas dos trabalhos realizados pelas escolas. Com estes procedimentos foi possível compor um histórico e uma análise comparativa dentro da própria Rede Municipal e frente a políticas nacionais, como a que a seguir será demonstrado.

A primeira gestão pós-Escola Cidadã

Em 30 de agosto de 2005, houve o primeiro evento de formação pós-Escola Cidadã. Sob o título “Conversações Pedagógicas na cidade que aprende - Tecendo aprendizagens com a Rede Municipal de Educação de Porto Alegre”, a proposta era tratar as alternativas de aprendizagem e intercâmbio de informações entre professores

do Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre. Foram selecionados 59 trabalhos de professores da rede. O conjunto abrangia desde artigos até teses de doutoramento, em uma clara estratégia de valorização do trabalho desenvolvido pelos professores. Coroando a sequência de apresentações, conferencistas de reconhecidas universidades gaúchas versando sobre políticas públicas e tentando consagrar a ideia de “Cidade Educadora”. Título, aliás, do painel final do evento.

Uma nova série do evento “Conversações Pedagógicas na cidade que aprende” ocorreu em março de 2006, desta vez tendo como tema os saberes específicos. Foi promovida uma série de encontros por assessorias, áreas funcionais (funcionários, técnicos, nutrição e responsáveis por atendimentos específicos dentro da escola) e áreas de conhecimento, modalidade ou etapa/ciclo de ensino. A abertura do encontro contou com um olhar gestor bem direcionado: somente os diretores das escolas foram convidados para a abertura com os secretários municipais de Gestão e Acompanhamento Estratégico, Governança Solidária Local e de Educação.

No mesmo ano, em novembro, ocorreu o evento “Conversações Internacionais: paisagem da educação”. Com uma estimativa de público de 15 mil pessoas/dia, o evento enfatizou a proposta de promover “conversas, experimentações e trocas” entre os conferencistas e as escolas. Um olhar abrangente, multidisciplinar e com alguma “internacionalidade” ficou evidente na escolha dos conferencistas.

O evento pautou-se por um “talhe rizomático que, através de diferentes diálogos, constitua uma transversalização operada por diferentes agenciamentos: conceitos filosóficos, funções científicas e sensações estéticas, deslizando, assim, nos planos da filosofia da ciência e da arte na discussão da educação na atualidade” (2006). Tendo como carro-chefe o programa denominado “Lugar de criança é na família e na escola”, um dos 21 programas coordenados pela Prefeitura, as “ideias-força” que mobilizaram as ações na Smed no ano foram a desconstrução do Racismo de Estado, a desnaturalização de padrões, o exercício da diferença e a produção de singularizações, dentro de uma lógica norteadora que se traduz no slogan “Mantendo conquistas! Construindo mudanças!” (Medeiros, 2006, p. 7).

Em dezembro de 2007, o principal evento de formação dos profissionais da educação teve o nome de “Conversações Internacionais 2007: composições do pensamento educacional”. Aconteceu na principal área de eventos populares de Porto Alegre, o que

nos oferece a compreensão da dimensão e da visibilidade pretendidas para o evento - com a estimativa de atingir um público de 50 mil pessoas. A programação destacava o fato de que, desde “que a atual gestão assumiu a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre em 2005, vem promovendo sistematicamente e de modos diferenciados, espaços de conversação, não como ensinamento de técnicas, proposições dialéticas e conscientizadoras, mas como um modo de provocação ao pensamento, apostando na criação singular de cada escola” (2007). No parque foram disponibilizados espaços de “experimentações”, exposições e expressões, de forma temática e localizada nas experiências apresentadas pelas escolas. Houve também dez conferências, com convidados nacionais e estrangeiros. Grande destaque foi dado aos espaços denominados “Escola Faz”.

A quarta edição do evento “Conversações Internacionais”, sob o título “Diferença e Fabulação”, em 2008, novamente visando juntar grande público, teve três dias de duração. Contando com 15 conferencistas nacionais e internacionais, a lógica do “escola faz” foi mantida: Escola joga e brinca, Escola faz ciência e protagonismo juvenil, Escola faz leitores, escritores e contadores de histórias, Escola faz artes e fabulações. Como conceito, é trabalhada a ideia de que o evento “tal como um encontro, busca constituir espaços de conversação para a invenção de infinitas possibilidades capazes de produzir outros saberes e práticas educativas, tomando a escola como local de exercício de pensamento. De criação”. (2008)

Da série de eventos realizados entre 2005 e 2008, foram publicados seis volumes da série “Escola Faz” (Conexões educativas – Ensinar e aprender para além do que se vê; Uma escola para todos – uma escola para cada um; Histórias e Receitas – deliciosas lembranças no fazer pedagógico; Laboratórios de Aprendizagem – Múltiplos meios de aprendizagem; Escola faz Arte; Diversidade Étnica – dialogando com a história e a cultura negra); outros três da série “Conversações Pedagógicas na Cidade que Aprende” (Um pouco de ar fresco – singularidades, experimentações e criações no presente; Tecendo aprendizagens com a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre; Saberes Específicos); e ainda três da série “Tecendo ideias na cidade que aprende” (Reflexões teórico-práticas do fazer docente – Ensino fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio; Produções de alunos e Produções dos professores). A edição do conjunto destes materiais aconteceu entre 2006 e 2007.

A gestão iniciada em 2009 e as novas construções apresentadas

Em 2009, houve a manutenção política no executivo municipal, mas instalou-se uma nova gestão à frente da Secretaria Municipal de Educação. A aula inaugural, que ocorreu no início de março, teve o tema “Cidade escola: formação integral, educação de qualidade”. A lógica do evento foi revista: ao invés de um único local, os professores da rede foram divididos segundo a região de sua escola. Foram quatro seminários, contando com reconhecidos conferencistas, desta vez ligados unicamente a universidades gaúchas. O foco da nova administração foi claramente redimensionado, trazendo a discussão para um nível mais local e lançando fortemente a proposta de escolas de educação integral, propondo uma noção de qualidade com ações distantes das mais cotidianas ou históricas da escola. Depois disso, cada ano letivo foi marcado por um novo evento.

A formação dos diretores de escola passou a ter maior ênfase a partir de 2010. Em fevereiro, o início do ano letivo foi marcado por um encontro de turno único que reuniu os quatro mil professores da rede para uma palestra cujo tema foi a psicopedagogia. Organização semelhante foi feita em 2011. Após reuniões com os diretores das escolas, os professores tiveram um turno único de formação, tendo a ética como tema. É possível perceber-se uma diminuição do tempo de formação e das temáticas oferecidas aos professores da rede. Ora trabalhando regionalmente, ora abordando temáticas genéricas, a ênfase da SMED passou a residir na gestão. Tal abordagem, entretanto, deu-se de maneira focada nos diretores de escola. Equipes gestoras, professores ou outros segmentos da comunidade escolar não foram convidados para estes momentos de reflexão e planejamento.

No início do ano letivo de 2012, o foco na gestão, avaliação e resultados adquire ainda mais centralidade. Em dois turnos de trabalho, os professores puderam escolher duas entre 24 palestras organizadas pela SMED. Das oito atividades que foram oferecidas em mais de uma edição, quatro foram sobre currículo, avaliação, educação integral e novas funções do professor.

O material lançado pela SMED para caracterizar a gestão 2009-2012 (2009), cuja autoria dos textos é remetida à Diretoria Pedagógica da Secretaria, reforça os eixos: Gestão Educacional de Resultados; Inclusão – não só de deficientes, mas de todos os

diferentes; Integralidade da Educação – ampliando o tempo escolar diário do aluno e implantando a Escola de Tempo Integral; Conhecimento – qualidade unida ao que se quer para o aluno da rede municipal e o papel dele na sociedade.

Como garantias da gestão democrática e da valorização do profissional, o material aponta para os seguintes compromissos: eleição dos diretores e vice – Lei nº 7365/93; repasse financeiro bimestral para as escolas; plano de carreira – Lei nº 6151/88; formações continuadas; e prêmio professor excelência. Após apresentar os níveis e modalidades de ensino, há o capítulo “Programas, projetos e ações” em que são apresentados “Escola de tempo integral Cidade Escola”, “Escola Aberta”, “Bolsa Família”, “Vou à Escola”, “Adote um Escritor”, “Centros Musicais”, “Centros de Dança”, “Centros de Línguas”, “Educação Ambiental”, “Padrão Arquitetônico para uma Escola Sustentável”, “Alimentação Escolar”, “Jogos Escolares”, “Inclusão Digital”, “Robótica Educacional”, “Alunos em Rede – mídias escolares”, “Relações étnico-raciais e de Gênero e Sexualidade”, “Entrelaçamentos Culturais”, “PIM PIA” (Programa Primeira Infância Melhor e Porto Infância Alegre), “Fronteiras da Educação” (Diálogos com a Geração Z e Diálogos com o Professor).

O material “O conhecimento fazendo a diferença”, produzido pela SMED em 2012 e traduzido para o inglês, espanhol e francês, expõe de maneira clara a preocupação existente com a avaliação. O reforço à temática da avaliação aparece no texto de apresentação diretamente vinculado à Gestão Educacional de Resultados:

No intuito de promover o ensino e a aprendizagem, viabilizando a educação como um direito de todos, a gestão educacional de resultados busca aprimorar o trabalho docente e a própria gestão escolar, além de promover as avaliações, que também constituem-se num indicador de êxito do estudante. (JURACH, 2012).

A Gestão Educacional de Resultados caracteriza-se como “o conjunto de ações que busca organizar, orientar e viabilizar a educação. Por gestão educacional de resultados, os autores do material entendem uma política que objetiva a instituição do planejamento de ações interligadas, que envolvam todos os segmentos presentes no processo educativo e concorram para a qualificação dos espaços e tempos escolares.” (CARPIM, 2012, p. 14). Tal proposta apresenta-se como baseada nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e das demais leis e instrumentos advindos do Conselho Municipal de Educação. Tem como programa referência o já citado “Lugar de criança é na família e na escola” e propõe-se a atuar de forma transversal a outros

programas da administração municipal que se vinculam à educação.

Explicando que a gestão educacional de resultados busca “indicadores que possam avaliar o desempenho escolar de crianças, jovens e adultos, para detectar dificuldades e/ou avanços e, assim, implementar ações que preservem as conquistas e/ou permitam corrigir rumos” (ibidem, p. 15), se deseja que a “qualificação da educação e a medição de resultados sejam um estímulo, entre sujeitos envolvidos na dinâmica educacional, para a valorização do potencial transformador do conhecimento.”(ibidem, p. 16).

Na sequência, salienta que a gestão de resultados não termina nas avaliações, sendo que o sucesso escolar é o foco e o resultado esperado de todas as ações transversais da SMED. Ali é resguardado espaço para as formações pedagógicas visando à qualificação dos docentes e para a valorização do currículo comum que deve apresentar-se agregado aos chamados “currículos comunitários”, com os dois indo “para além dos limites da escola, produzindo conhecimento que efetivamente faça a diferença na vida do estudante.” (ibidem, p. 16).

As gestões analisadas e as ênfases escolhidas

É importante que esta análise seja percebida à luz de aspectos mais gerais. Está se falando aqui tanto do campo do entendimento da avaliação em escalas internacionais e de apropriações nacionais desta compreensão quanto dos contextos das relações entre os entes da federação brasileira neste processo.

Importa ressaltar, neste âmbito, as relações que foram sendo estabelecidas entre o financiamento do governo federal às esferas estadual ou municipal e a avaliação, seja dos estudantes (desempenho acadêmico), da gestão educacional (eficiência na escolarização, manifesta em índices de retenção, aprovação e progressão) e da adoção de determinadas políticas e ações na escola. É expressivo aumento dos repasses feitos pelo Governo Federal às escolas públicas a partir da implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR), dentro da política do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Grande parte destes repasses integra o financiamento de programas específicos, como o Escola Aberta (atividades oferecidas à comunidade escolar nos finais de semana) e o Mais Educação (atividades oferecidas no turno inverso), e outra parte compõe o montante repassado diretamente às escolas pelo PDE-Escola. Trata-se de valores enviados diretamente às escolas, vinculados aos seus rendimentos no Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e cujos percentuais e ênfases de aplicação são estipulados a partir do cenário e das necessidades estabelecidos quando da participação da unidade escolar no PAR. A ênfase na compra de materiais didáticos, em novos espaços físicos, na formação dos professores ou em equipamentos para usos específicos dos alunos e professores dá-se a partir das respostas oferecidas pela escola à ferramenta oferecida pelo Ministério da Educação (MEC).

Tem-se, assim, uma lógica de investimentos nas escolas que se legitima por partir de um diagnóstico e de uma proposição realizada pela própria comunidade escolar (implicando, inclusive, na criação de comitês e de equipes locais onde a participação plural dos diferentes segmentos escolares não só é fomentada, como também requerida). É justamente diante destas manifestações que são criados os parâmetros que estabelecem os índices e as áreas onde estes recursos serão utilizados.

Importa salientar que o conjunto destes programas e repasses está vinculado aos dados das escolas e das equipes das secretarias de educação informados ao Ministério. Tal vinculação também acaba por referendar a importância das informações repassadas e dos resultados obtidos pelas escolas nas avaliações. Para além de eventuais caracterizações de tal diretriz como gerencialista, há que se lembrar da possibilidade que se cria, a partir daí, do conhecimento de números e de cenários nacionais (não obstante a discussão possível acerca da sua fidedignidade) e do exercício da autonomia de gestão por parte das comunidades escolares.

Não obstante a lógica do PDE ser a de liberar um aporte maior de recursos a escolas que apresentam indicadores mais frágeis, a publicização do IDEB acaba por gerar uma espécie de concorrência entre as escolas, senão pelo melhor índice, pela capacidade gestora da aplicação mais rápida e eficiente dos recursos recebidos.

Observa-se, então, pela reconstituição histórica dos períodos de gestão, conforme o material analisado, que a primeira gestão teve um viés notadamente acadêmico. Buscava valorizar o trabalho docente por meio de espaço destinado ao registro deste trabalho nos eventos e produções realizados, da mesma forma que buscava legitimar a condução pedagógica da Secretaria por meio de teorizações e do respaldo de meios acadêmicos locais e externos. No que isso efetivamente influenciou no trabalho pedagógico realizado pelas escolas é algo que merece ser analisado, para que outros elementos de verificação e de comparação entre as diferentes gestões possam ser

listados.

Já a segunda gestão, cuja liderança se repetiu durante dois mandatos consecutivos e segue frente à SMED, garante uma ênfase muito clara nos resultados obtidos tanto pelos gestores das escolas - cujo foco nítido pertence aos diretores de escola, e não à equipe gestora – quanto pelo trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores.

A vinculação ao cenário nacional

Pode-se igualmente observar que tal percurso, mesmo que em um período mais tardio, coaduna-se fortemente ao cenário de implantação e implementação das políticas de avaliação em larga escala no Brasil. Trata-se de propostas e práticas que, no âmbito nacional, começaram a adquirir notoriedade no início dos anos 1990 e foram se fortalecendo ao longo da primeira década dos anos 2000, trazendo para o universo da educação básica a preocupação sobre os testes e sobre os seus resultados. A aplicação da Provinha Brasil, da Prova Brasil e, a partir de 2013, da Avaliação Nacional da Alfabetização (isto para nos atermos aos testes aplicados no nível do Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano – que está sob responsabilidade legal da SMED), passou a encontrar nesta Secretaria, como se pode perceber nas propostas que foram sendo desenhadas pela sucessão dos documentos, um bom espaço para que os resultados advindos destas testagens passassem a ser percebidos como medidas da qualidade do trabalho educacional desenvolvido.

Como nos lembra Dias Sobrinho (1996, p. 22), “a qualidade é uma construção social e histórica, dinâmica e plural. Refere-se à sociedade que queremos e produz-se de acordo com o sistema de valores dos grupos humanos”. A avaliação liga-se a essa lógica de construção social e de observância às condições vinculadas ao cenário que está sendo percebido. Ter-se uma política de resultados como um dos pontos fortes de uma política educacional, neste contexto, soa como uma redução ou até mesmo como uma deturpação da própria essência educativa.

A temática da qualidade sempre esteve presente nas discussões educacionais, mas tornou-se central, no Brasil, no decorrer dos anos 1990, quando o quadro de resolução do problema quantitativo abriu espaço para a ênfase na discussão qualitativa, a partir da ênfase em investimentos nos insumos e na qualificação docente. Logo após, a lógica dominante foi a da eficiência, apregoando a necessidade de fazer-se mais pelo mínimo

custo. Mais atualmente, reviveu-se a lógica dos investimentos, porém com o foco nos resultados. É daí que vêm as tentativas de como medi-los. Neste contexto torna-se importante compreender as alterações que a dimensão da atuação estatal vem sofrendo, bem como dos mecanismos de resolução das questões vividas.

Como percebemos, a educação municipal de Porto Alegre aderiu tardiamente às dinâmicas da avaliação externa de larga escala, embora os movimentos de resistência de algumas escolas nas aplicações das provas no ano de 2005. As duas últimas gestões da Secretaria Municipal de Educação, no entanto, inauguraram, mais fortemente a partir de 2009, o movimento que Freitas (2007) chama de “medida-avaliação-informação”, cujo interesse reside na obtenção de números capazes de referendar o planejamento educacional, com o governo investindo fortemente na criação de um complexo institucional capaz de responsabilizar-se pela obtenção, organização e análise destas informações. Segundo a autora após os anos 1988, grande parte da atuação do governo central na educação básica “deu-se em torno da construção, manutenção e do aperfeiçoamento desse complexo” (p. 102).

O estado atual da avaliação em larga escala na educação municipal de Porto Alegre aproxima-se também do que Bonamino e Sousa (2012) chamam de “segunda geração” da avaliação no Brasil que, utilizando instrumentos como a Prova Brasil, ensaia articulações dos resultados obtidos com responsabilização dos agentes envolvidos como nos sinalizam iniciativas do tipo “professor excelência”. A terceira geração, por sua vez, implicaria os envolvidos nos resultados obtidos, gerando uma responsabilização inclusive financeira e salarial.

Voltando à dimensão da qualidade e ao entendimento de que ela é socialmente construída, em entrevista concedida em 2004, Stephen Ball nos apresenta duas equações que resultam em diferentes concepções de qualidade. A primeira delas trabalha com os elementos de ensino eficiente, bom desempenho nas provas e consequente ocorrência da aprendizagem. A segunda equação, por sua vez, tem o foco nos processos e nas condições gerais de ensino, resultando em uma perspectiva ampla de qualidade. Assim manifesta o seu descontentamento com a utilização de modelos importados de qualidade escolar, posto que eles implicam em uma visão reduzida do processo e têm fortes implicações no direcionamento do trabalho docente:

De um lado, estudantes com bom desempenho são muito valorizados no mercado escolar. Por outro, estudantes com dificuldades de aprendizagem ou comportamento, que dificilmente poderiam contribuir de maneira fácil para o desempenho da escola, têm baixo valor no mercado educacional, tanto no Reino Unido quanto nos EUA, na Austrália e no Chile, por exemplo. No que se refere aos professores, há um efeito paralelo, uma vez que o trabalho do professor passa a ser reorientado pelo mercado. É esperado que os professores organizem e dirijam em função dos indicadores de resultado, que possam mostrar o bom desempenho da sua instituição. Dessa forma, passam a ser julgados em termos de sua contribuição na ampliação do valor de mercado da instituição a que pertencem. Esses julgamentos, em muitos casos, têm sido estendidos ao mercado interno que se desenvolve nas escolas, mudando as formas como os professores são avaliados e valorizados. De maneira crescente, os professores estão submetidos ao monitoramento, à vigilância, ao julgamento e às comparações realizados pelo sistema de mercado das escolas. Há pouca oportunidade e espaço em tais sistemas para eles perceberem ou debaterem sobre seus valores, que ficam à margem no sistema do mercado escolar, no qual tem importância apenas o que funciona para a instituição. Qualquer coisa a mais é apenas retórica. (BALL, 2004, p. 14)

O foco nos resultados gera o a “cultura da performatividade” com um “efeito insidioso na natureza do trabalho profissional”, na medida em que “age em retroação sobre a prática para reorientá-la em direção a determinados resultados e valores.” (Ball, 2004, p. 15).

É possível sustentar, a partir dos elementos trazidos pelos documentos analisados, que as administrações mais recentes da educação municipal de Porto Alegre foram se aproximando desta cultura da performatividade. Cabe verificar, na sequência deste trabalho, que significado teve este foco na atuação dos segmentos profissionais e funcionais do sistema de ensino, a exemplo dos diretores na gestão da escola e dos professores na gestão da sala de aula, para o conjunto do trabalho desenvolvido pelas instituições escolares e o que isso também representou como posturas assumidas frente às avaliações em larga escala.

ANEXO
QUADRO-SÍNTESE DAS GESTÕES ANALISADAS

GESTÃO 2005-2008		
2005	EVENTO	PROPOSIÇÃO
	“Conversações Pedagógicas na cidade que aprende - Tecendo aprendizagens com a Rede Municipal de Educação de Porto Alegre”	alternativas de aprendizagem e intercâmbio de informações entre professores
2006	EVENTO	PROPOSIÇÃO
	MARÇO: “Conversações Pedagógicas na cidade que aprende”: abertura com secretários vinculados ao tema da gestão administrativa, tendo somente os diretores de escola como convidados NOVEMBRO: “Conversações Internacionais: paisagem da educação”, com um olhar abrangente, multidisciplinar e com alguma “internacionalidade”	“ideias-força”: desconstrução do Racismo de Estado, a desnaturalização de padrões, o exercício da diferença e a produção de singularizações. slogan “Mantendo conquistas! Construindo mudanças!”
2007	EVENTO	PROPOSIÇÃO
	“Conversações Internacionais 2007: composições do pensamento educacional”	promover “espaços de conversação, não como ensinamento de técnicas, proposições dialéticas e conscientizadoras, mas como um modo de provocação ao pensamento, apostando na criação singular de cada escola.”
2008	EVENTO	PROPOSIÇÃO
	“Conversações Internacionais – diferença e fabulação”	“constituir espaços de conversação para a invenção de infinitas possibilidades capazes de produzir outros saberes e práticas educativas, tomando a escola como local de exercício de pensamento.”
GESTÃO 2009-2012		
2009	EVENTO	PROPOSIÇÃO
	“Cidade escola: formação integral, educação de qualidade”, em locais espalhados pela cidade	discussão para um nível mais local, lançando a proposta de escolas de educação integral, com noção de qualidade às ações ali efetuadas, de maneira específica.
2010	EVENTO	PROPOSIÇÃO
	série de três encontros com diretores de escola encontro de turno único com os quatro mil professores da rede para uma palestra com o tema da psicopedagogia	Eixos: Gestão Educacional de Resultados; Inclusão; Integralidade da Educação; Conhecimento. Qualidade unida ao que se quer para o aluno da rede municipal e o papel dele na sociedade.
2011	EVENTO	Compromissos: eleição dos diretores e vice – Lei nº 7365/93; repasse financeiro bimestral para as escolas; plano de carreira – Lei nº 6151/88; formações continuadas; e prêmio professor excelência.
	encontros com diretores de escola turno único de formação com os professores, tendo a ética como tema	
2012	dois turnos de formação com os professores que escolheram entre 24 palestras que	

estavam sendo oferecidas. Temas principais: currículo, avaliação, educação integral e novas funções do professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Stephen. *Entrevista*. Educação em Revista: Belo Horizonte: v. 40, p. 11-26, dez 2004. Entrevista concedida a Lucíola Lícínio C. P. Santos.

BONAMINO, Alícia e SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações da avaliação na educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. *Avaliação*. Campinas; Sorocaba. vol. 1, n.1, p. 15-24,1996.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. *A avaliação da educação básica no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007

GANDIN, Luis Armando. *Democratizing access, governance, and knowledge: the struggle for educational alternatives in Porto Alegre, Brazil*. Tese de doutorado, Universidade de Wisconsin-Madison, 2002.

HORTA NETO, João Luiz. *Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005*. Revista Iberoamericana de Educación. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia e la Cultura. nº 42/5.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

CARPIM, Luís Carlos (org.). *O conhecimento fazendo a diferença*. Porto Alegre, PMPA, SMED, 2012.

CONVERSAÇÕES INTERNACIONAIS 2007: COMPOSIÇÕES DO PENSAMENTO EDUCACIONAL. Porto Alegre, PMPA, SMED, 2007.

CONVERSAÇÕES INTERNACIONAIS: DIFERENÇAS E FABULAÇÃO. Relatório do evento. PMPA, SMED, set. 2008.

CONVERSAÇÕES INTERNACIONAIS: PAISAGENS DA EDUCAÇÃO. Porto Alegre, PMPA, Smed, Nov. 2006.

MEDEIROS, Marilú Fontoura de. *2006: um ano de desafios, acontecimentos, engendrando novos espaços-tempos*. Porto Alegre, PMPA, SMED, 2006.

O CONHECIMENTO FAZENDO A DIFERENÇA. PMPA, SMED, 2009.

Porto Alegre mais, melhor, com todos. Plano de Governo da coligação “Por amor a Porto Alegre”. 04/07/2012.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre, Sistema Municipal de Ensino, Conselho Municipal de Educação. *Relatório de Atividades 2006*.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre, Sistema Municipal de Ensino, Conselho Municipal de Educação. *Relatório de Atividades 2007*.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre, Sistema Municipal de Ensino, Conselho Municipal de Educação. *Relatório de Atividades 2008*.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre, Sistema Municipal de Ensino, Conselho Municipal de Educação. *Relatório de Atividades 2009*.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre, Sistema Municipal de Ensino, Conselho Municipal de Educação. *Relatório de Atividades 2010*.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre, Sistema Municipal de Ensino, Conselho Municipal de Educação. *Relatório de Atividades 2011*.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre, Sistema Municipal de Ensino, Conselho Municipal de Educação. *Relatório de Atividades 2012*.

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO CONVERSACÕES INTERNACIONAIS 2007: COMPOSIÇÕES DO PENSAMENTO EDUCACIONAL. PMPA, SMED, 2007, p. 6.

www.inep.gov.br. Acesso em 17/11/2012.

www.portoalegre.rs.gov.br/smed. Acesso em 01/05/2013.